
IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE SOBRE INDICADORES FINANCEIROS: UM ESTUDO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS COM ATIVOS BIOLÓGICOS

Suzana Schneider Brito¹

Marcelo Augusto Ambrozini²

▪ Artigo recebido em: 07/03/2013 ▪ Artigo aceito em: 25/06/2014 ▪▪ Segunda versão aceita em: 30/09/2014

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as consequências da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em alguns indicadores financeiros das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos. Para isso, foram calculados alguns indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, com base nos relatórios contábeis antes e depois da adoção das IFRS, apurando as suas variações percentuais. Posteriormente, com o objetivo de verificar a significância estatística das diferenças encontradas, foi aplicado o Teste de Postos com Sinais de Wilcoxon para Pares Combinados. Além disso, para investigar as variações encontradas, o mesmo procedimento foi repetido para cada componente dos indicadores. Os resultados mostram que as diferenças são estatisticamente significantes para a composição do endividamento em ambos os níveis de significância testados, ou seja 5 e 10%, e para a liquidez corrente apenas no nível de 10%. Complementarmente, as análises das contas que compõem cada um dos indicadores utilizados neste estudo apresentaram diferenças estatisticamente significantes para o Lucro Bruto, a soma do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido, a soma do Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo e o Ativo Total. Com isso pode-se concluir, que apesar das novas normas contábeis exercerem impactos significativos sobre os componentes das demonstrações financeiras, os efeitos sobre os indicadores, na maioria dos casos, não apresentaram-se significativos.

Palavras-chave: Ativos Biológicos. Indicadores Financeiros. IFRS.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP). Endereço: Av. Bandeirantes, 3900 – Monte Alegre – FEA-RP - Bloco A – Sala 4 – Ribeirão Preto (SP). E-mail: suzana.sbrito@hotmail.com. Telefone: 55 (16) 3966-3548.

² Professor Doutor do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP). Av. Tereza Palmeira Gallon, 425 – Casa 10 – Residencial Vila do Bosque – Jardim Itaú - Ribeirão Preto (SP) CEP: 14.040-600. E-mail: marceloambrozini@yahoo.com.br. Telefone: 55 (16) 9204-3775.

IMPLEMENTATION IMPACTS OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS ON FINANCIAL INDICATORS: AN STUDY OF BRAZILIAN COMPANIES WITH BIOLOGICAL ASSETS

ABSTRACT

This study aims to identify the consequences of the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in some financial indicators of Brazilian public companies that have biological assets. Thus, some indicators of liquidity, debt and profitability, based on accounting reports before and after the adoption of IFRS, calculating their percentage changes were calculated. Subsequently, in order to verify the statistical significance of the differences found, we applied the test stations with signs Wilcoxon Matched Pairs. Furthermore, to investigate the variations found, the same procedure was repeated for each component of the indicators. The results show that the differences are statistically significant for the composition of debt in both significance levels tested, i.e. 5 to 10%, and only for the current liquidity level of 10%. Additionally, analysis of the accounts that make up each of the indicators used in this study showed statistically significant differences in gross profit, the sum of Current Assets and Long-Term Assets, Equity, the sum of Liabilities and Liabilities long-term and Total Assets. Thus, it can be concluded that, despite the new accounting norms exert significant impacts on the components of the financial statements, the effects on indicators, in most cases, did not show up significant.

Keywords: Biological assets. Financial Indicators. IFRS adoption.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico internacional sofreu grandes alterações ao longo do tempo e hoje as empresas enfrentam uma realidade muito mais dinâmica. No cenário atual, as organizações corporativas não são apenas influenciadas apenas pela sua região de atuação, mas também sofrem impactos do ambiente internacional. Com a evolução e interação da economia global, especialmente dos mercados financeiros, fez-se surgir uma nova necessidade: a de unificação da linguagem contábil.

As demonstrações financeiras são um instrumento de interação entre as companhias e seus *stakeholders* e com a internacionalização dos mercados financeiros esses usuários podem estar localizados em qualquer parte do mundo. Assim, em um cenário em que não existe uma linguagem contábil unificada, para que os usuários das demonstrações financeiras possam extrair o que necessitam, podem ocorrer interpretações distorcidas de algumas informações pela falta de conhecimento das normas sob as quais os demonstrativos das entidades de cada país foram elaborados.

Com o objetivo de preencher essa lacuna surgiu o *International Accounting Standards Comittee (IASC)*, cujos pronunciamentos eram chamados *International Accounting Standards (IAS)*. Após algumas alterações estruturais o órgão passou a se chamar *International Accounting Standards Board (IASB)*,

cujos pronunciamentos são os chamados *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Com essa nova reestruturação o IASB se tornou um membro da fundação IFRS (*IFRS Foundation*), a qual, conforme definido pela própria fundação, se empenha em promover a adoção dos padrões contábeis elaborados pelo IASB além de captar as necessidades dos países emergentes e das empresas de pequeno porte. O diferencial do IASB é justamente ter esse foco em alcançar padrões que sejam realmente aplicáveis globalmente em vez de priorizar uma determinada realidade econômica e contábil.

As mudanças causadas pela adoção das normas IFRS incitaram diversas pesquisas ao redor do mundo acerca de diversos aspectos, como os impactos sobre os demonstrativos, a melhoria na qualidade das demonstrações e as mudanças causadas no mercado de capitais. Pesquisas indicam que as demonstrações financeiras estão sofrendo alterações relevantes decorrentes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade.

De acordo com Ball (2006), um dos principais objetivos da adoção das normas IFRS é o aumento da confiabilidade da informação contábil para os investidores, uma vez que a adoção de um padrão internacional facilita a compreensibilidade dos relatórios financeiros e possibilita a redução da assimetria informacional.

No Brasil, a adoção das normas internacionais de contabilidade, implementada pela Lei nº 11.638/07, provocou uma transformação muito significativa no ambiente contábil, tendo em vista que desde 1976, a normatização contábil brasileira não passava por grandes mudanças.

Os padrões contábeis brasileiros regidos pela Lei n. 6.404/76, conhecida como Legislação Societária (LS) ou BR-GAAP, seguiam a tradição *code law*, ou seja, eram compostos por regras detalhadas, influenciadas pelo modelo da legislação fiscal brasileira (DANTAS et al., 2010). Já o novo padrão contábil requer julgamentos dos elaboradores das demonstrações financeiras, pois os IFRS são baseados em princípios (*common law*), os quais acabam exigindo capacidade de interpretação para sua aplicação.

Para centralizar a emissão dos novos pronunciamentos contábeis em convergência com as normas IFRS no Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Um aspecto importante, conforme esclarece Dantas et al. (2010), é que os pronunciamentos emitidos pelo CPC não têm força de lei, passando a ser obrigatórios somente a partir do momento em que são homologados e referendados pelos órgãos reguladores, tanto abrangentes como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quanto setoriais como o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Agência Nacional de Saúde (ANS).

As mudanças na forma de elaborar as demonstrações contábeis geram impactos na forma de avaliação e reconhecimento de determinados itens dos demonstrativos financeiros, o que afeta diretamente os índices financeiros das empresas. Esses índices são alvo de avaliação para muitos usuários das demonstrações, o que torna relevante a análise dos efeitos da implementação das normas internacionais de contabilidade (IFRS) sobre tais índices.

Um dos grupos de contas que sofreu importantes modificações com a adoção das normas IFRS foi o de ativos biológicos. As peculiaridades dessa classe de ativos fizeram com que fosse criado um pronunciamento específico para tratar dos eventos que os envolve. Esse pronunciamento é o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, que foi baseado no IAS 41. As empresas atingidas por essa normatização específica são basicamente às do setor agropecuário, ou possuem atividade agropecuária como base para chegar ao seu produto final.

Com base nisso, o objetivo deste trabalho é verificar se a mudança dos padrões contábeis brasileiros baseados na Lei das SA's para o padrão IFRS causou impactos estatisticamente significativos sobre os indicadores de desempenho das empresas brasileiras que possuem ativos biológicos.

Este trabalho tem sua metodologia baseada no trabalho de Lantto e Sahlström (2009), porém os argumentos e algumas análises foram adaptados ao objetivo proposto e à amostra utilizada, conforme será apresentado na seção de método de pesquisa.

A próxima seção apresenta a revisão da literatura, que foi fundamentada em pesquisas realizadas em bases internacionais indexadas, sendo as principais: Scientific Electronic Library Online (SCIELO); SCOPUS e ISI – Web of Knowledge. A seção 3 apresenta o método de pesquisa utilizado neste trabalho. A seção 4 apresenta e discute os principais achados deste trabalho e a seção 5 apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A ideia de haver um padrão contábil único internacional trouxe grandes discussões e dúvidas, tanto no mundo empresarial quanto no mundo acadêmico. Entre os pontos analisados estão alguns efeitos sobre o mercado de capitais, a avaliação a valor justo de determinados itens do balanço, a questão da qualidade das demonstrações e os impactos dos novos padrões sobre os indicadores de desempenho das empresas.

Os estudos acadêmicos relacionados à harmonização das normas contábeis aumentaram significativamente na década de 1980. McKinnon e Janell (1984), Douppnik e Taylor (1985) e Douppnik (1987) utilizaram análise fatorial para agrupar países com base nas semelhanças entre as práticas contábeis adotadas pelas empresas. Na década seguinte, trabalhos como os desenvolvidos por Emenyonu e Gray (1992; 1996), Herrmann e Thomas (1995; 1996) e Murphy (2000) apresentavam medidas de níveis de harmonização das normas contábeis, por meio do exame das práticas adotadas pelas empresas europeias.

Na década de 2000, com o início da obrigatoriedade da adoção das normas internacionais de contabilidade em diversos países no mundo, uma vertente de estudos se direcionou para a verificação dos impactos que essa adoção causou nos indicadores financeiros das empresas. O maior passo neste desenvolvimento foi tomado em 2005, quando todas as empresas listadas nos Estados membros da União Europeia começaram a reportar suas

demonstrações financeiras de acordo com o International Financial Reporting Standards – IFRS (LANTTO e SAHLSTRÖM, 2009).

Neste contexto, Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006) afirmam que a convergência contábil global teve como objetivo aumentar a qualidade dos relatórios financeiros e restaurar a confiança dos investidores em empresas de capital aberto. A fim de investigar a opinião das empresas a respeito dos impactos da adoção dos IFRS, os autores realizaram uma pesquisa com *Chief Financial Officers (CFO's)*, diretores financeiros ou *controllers* das empresas listadas nas maiores bolsas de valores européias e encontraram indicações de que tais indivíduos não esperavam que ocorresse diminuição do seu custo de capital, acreditavam que a volatilidade dos resultados financeiros aumentaria, achavam o processo caro, complexo e penoso. Além disso, a maioria dos respondentes não adotaria tais padrões contábeis se não os fossem exigidos. Ao contrário das perspectivas dos indivíduos desse estudo, pesquisas mostram impactos positivos para as entidades que adotam os IFRS.

O estudo de Barth et al. (2008) verificou que firmas de 21 países que adotaram os IAS mostraram evidências de diminuição do gerenciamento de resultados, reconhecimento de perdas em um momento mais apropriado e maior relevância dos valores contábeis, do que as empresas que adotam padrões contábeis diferentes dos IAS ou dos *U.S. GAAP (Generally Accepted Accounting Principles)*. Assim, foram encontradas evidências de que a adoção dos IAS melhoram a qualidade das informações contábeis.

Ainda na mesma linha de pesquisa, Brüggemann et al. (2009) mostram que a adoção dos IFRS aumenta as negociações no mercado aberto, corroborando com a ideia de que sua adoção coletiva aumenta o volume de investimentos estrangeiros, inclusive os realizados por investidores individuais. Para mensurar a atividade do mercado foram analisadas as operações do Mercado Aberto da Bolsa de Valores de Frankfurt, segmento onde investidores individuais negociam várias ações de empresas estrangeiras. Além disso, Daske et al. (2008), utilizando uma amostra composta por empresas de 26 países, revela que após o momento em que a aplicação dos IFRS se tornou obrigatória, as empresas tiveram aumento da liquidez de mercado e que há evidências de efeitos quanto à redução do custo de capital e aumento do q de Tobin em período anterior à adoção oficial.

Também na literatura internacional pode-se encontrar o trabalho de Lantto e Sahlström (2009), o qual analisa o impacto da adoção das IFRS sobre indicadores financeiros. Através de uma amostra de empresas finlandesas, na qual a maioria converteu suas demonstrações dos antigos padrões nacionais para os IFRS em 2004, verificou-se que a adoção das IFRS altera a magnitude dos indicadores financeiros chave das empresas finlandesas, além de identificar que as regras de valor justo e outras regras específicas sobre determinadas questões contábeis estão entre as principais causas para alteração dos indicadores. Para chegar a essas conclusões, os autores calcularam cada indicador antes e depois da adoção dos IFRS e aplicou o Teste de Postos com Sinais de Wilcoxon. Posteriormente, investigaram em que componente do indicador os novos padrões contábeis tiveram maior impacto e os principais pronunciamentos que causaram esse impacto.

Na literatura nacional pode-se encontrar o estudo de Gilio (2011), o qual através do envio de perguntas específicas para empresas brasileiras de capital aberto e aplicação de técnicas de questionário encontrou evidências de que a adoção das normas internacionais de contabilidade resultou em aproximação entre a contabilidade financeira e a gerencial. Aponta ainda que o principal fator que favoreceu tal aproximação foi o conceito referencial de “primazia da essência sobre a forma”, já que a essência econômica sempre foi premissa da contabilidade gerencial para tomada de decisão.

Similarmente aos objetivos do estudo de Barth et al. (2008), Vieira (2010) analisa os impactos da adoção dos IFRS sobre a qualidade das informações contábeis, observando aspectos como o gerenciamento de resultados, o reconhecimento oportuno das perdas e a relevância das informações. Os resultados indicam que, em geral, houve melhora na qualidade das informações contábeis, especialmente quando medida pelo gerenciamento através do alisamento de resultados e pela relevância da informação.

Outro trabalho que se pode citar é o estudo de Barbosa Neto *et al.* (2009), o qual identificou que os indicadores de desempenho não são afetados significativamente pelas diferenças entre as normas contábeis brasileiras e a os IFRS. Porém esse estudo foi aplicado sobre 6 empresas que publicaram suas demonstrações financeiras em LS e IFRS no ano de 2008, quando alguns pronunciamentos importantes, como os de Ativo Imobilizado, Estoques e Combinação de Negócios ainda não haviam sido emitidos pelo CPC. Além disso, a intenção do trabalho foi verificar se havia correlação entre o indicador calculado em LS e o indicador calculado em IFRS. Diferentemente do estudo citado, o presente trabalho busca verificar se os novos padrões alteraram a grandeza dos indicadores e não a existência de correlação, já que se está avaliando a mesma posição econômico-financeira.

Já no estudo de Martins e Paulo (2010), utilizando os mesmos indicadores de desempenho que o estudo citado anteriormente, encontra-se que a adoção dos IFRS tem impactos sobre os indicadores. Utilizando-se de alguns procedimentos estatísticos e econométricos, como teste de médias, análise de regressão e teste de raiz unitária, os resultados encontrados mostram que a adoção das IFRS causa variações positivas nos indicadores de dependência financeira, de endividamento, de Retorno sobre o Ativo (ROA) e de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), e causa variações negativas sobre os indicadores de imobilização de recursos permanentes, liquidez geral e liquidez corrente. É importante destacar que este estudo foi feito para o período de 2007 a 2009, captando a convergência gradativa para as normas internacionais.

2.1 Especificidades dos Ativos biológicos

Alguns setores econômicos de atuação precisaram de normas contábeis específicas por conta de algumas peculiaridades em suas atividades e, para eles, há IFRS e conseqüentemente CPCs específicos. Entre as atividades específicas que possuem atualmente CPCs específicos, pode-se citar: companhias de seguros, empresas de construção civil e empreendimentos que possuem ativo biológico ou produto agrícola nas suas atividades operacionais.

No caso das atividades agrícolas de alcance do CPC 29, ou seja, aquelas que envolvem ativos biológicos e produção agrícola no ponto de colheita, a peculiaridade é que a empresa gerencia um animal ou planta vivos, o que envolve variáveis como a própria transformação biológica, o clima, possíveis doenças e parasitas, as próprias características genéticas do animal ou da planta e outras variáveis específicas de cada ativo biológico que afetam a produtividade. Tais variáveis diferenciam essas atividades da indústria comum.

É importante que haja um delineamento sobre até que ponto o ativo biológico se encaixa nesta definição, pois a partir do momento que ele deixa de ser um animal ou planta vivo seu tratamento contábil passa a ser regido pelo CPC 16 - Estoques. Da mesma maneira, o produto agrícola a partir do momento em que é colhido também passa a estar sob o tratamento do mesmo CPC. Sendo assim, há três momentos na produção agrícola: o ativo biológico, o produto agrícola e os produtos resultantes do processamento (CPC 29).

Para esclarecer esses três momentos distintos o próprio CPC 29 traz um quadro exemplificativo apresentado abaixo:

Quadro 1 – Ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos processados

Ativos Biológicos	Produto Agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose
Plantas	Algodão, Cana colhida, café	Fio de algodão, roupa Açúcar, álcool Café limpo em grão, moído, torrado
Gado de Leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Fonte: CPC 29

Para compreender esse pronunciamento é necessário estar bem definido o conceito de atividade agrícola. Segundo o CPC 29, o que a diferencia de outros tipos de atividades é o gerenciamento da transformação biológica. Controlar os fatores que afetam a transformação biológica do animal ou planta é o que delinea a atividade agrícola, sem isso a prática se torna apenas uma extração, como a pesca no oceano.

A principal mudança quanto à contabilização com a introdução do CPC 29 foi a avaliação dos ativos biológicos a valor justo menos as despesas de venda, o que trouxe discussões acerca de sua aplicabilidade. Conforme Iudícibus e Martins (2007), há uma dificuldade de tradução do conceito de valor justo, dadas as suas características complexas, além de não ser viável sua aplicação generalizada, o que acaba causando muitas exceções à regra geral.

Antes da Lei nº 11.638/07 o reconhecimento do ativo a valor de mercado era visto como uma forma de inflar o ativo. Marion (2004), em trabalho que data

de antes da introdução das normas internacionais no Brasil, apresenta a hipótese de reconhecimento da receita antes da efetiva venda da plantação e do gado por meio de avaliação a valor de mercado, porém ao final chega-se à conclusão de que a contabilização dessa forma aumenta o valor dos estoques, contrapondo-se à convenção do conservadorismo. Já os IFRS vêem o valor de mercado como uma estimativa do valor justo, e acredita que dessa forma pode-se chegar mais próximo da realidade econômica da entidade.

Como as atividades agrícola e pecuária normalmente têm um ciclo operacional longo, mesmo antes dos IFRS as empresas reconheciam lucro periodicamente. Um longo período sem reconhecimento de receitas, apesar dos esforços da empresa, poderia prejudicá-la, incluindo seus acionistas, além disso, não considerar o aumento do potencial do ativo da empresa por conta de seu crescimento levaria a uma subavaliação do patrimônio líquido (MARION, 2004).

Tendo em vista as grandes mudanças citadas nas formas de contabilização afetando setores específicos, este estudo optou por ter como alvo de análise as empresas que possuem ativos biológicos como fonte de suas principais receitas.

3 METODOLOGIA

Este trabalho busca investigar se o fato de que os padrões contábeis brasileiros a partir da Lei 11.638/07 passaram a convergir para os padrões internacionais (IFRS) provocou alterações estatisticamente significantes nos indicadores das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos. Sendo assim, foram testadas as seguintes hipóteses:

H₀: A convergência dos padrões contábeis brasileiros para os internacionais não alteram a magnitude dos indicadores financeiros das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos.

H₁: A convergência dos padrões contábeis brasileiros para os internacionais alteram a magnitude dos indicadores financeiros das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos.

Sendo assim, de acordo com as classificações de Gil (2002), o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois busca-se identificar relações entre as variáveis - a adoção das normas internacionais de contabilidade e as variações dos indicadores financeiros das empresas da amostra. Os procedimentos técnicos utilizados se enquadram como *ex-post-facto*, já que os dados serão avaliados após a ocorrência da mudança dos padrões contábeis brasileiros.

Assim como em Lantto e Sahlström (2009), serão verificadas as três dimensões de uma empresa que se busca avaliar com uma análise de balanços: rentabilidade, alavancagem financeira e liquidez. Para isso serão calculados os indicadores: Margem Bruta, Margem de Lucro Operacional, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Ativo, Índice de Independência Financeira, Composição do Endividamento, Liquidez Geral e

Liquidez Corrente, com as respectivas formulações de cálculo apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores financeiros selecionados

Indicadores	Fórmulas	Referências
Margem Bruta	$\text{Lucro Bruto} / \text{Receita Líquida}$	Iatridis e Dalla (2011)
Margem Operacional	$\text{Lucro Operacional} / \text{Receita Líquida}$	Ismail et al. (2013)
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – <i>return on equity</i>)	$\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$	Callao, Jarne e Laínez (2007), Klann, Beuren e Hein (2008), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Cang, Chu e Lin (2014)
Retorno sobre o Ativo (ROA – <i>return on assets</i>)	$\text{Lucro Operacional} / \text{Ativo Total}$	Callao, Jarne e Laínez (2007), Klann, Beuren e Hein (2008), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Ismail et al. (2013) e Cang, Chu e Lin (2014)
Independência Financeira	$\text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo Total}$	Klann, Beuren e Hein (2008) e Rodríguez-Pérez e Van Hemmen (2010)
Composição do Endividamento	$\text{Passivo Circulante} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$	Iatridis e Dalla (2011)
Liquidez Geral	$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$	Callao, Jarne e Laínez (2007), Klann, Beuren e Hein (2008), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) e Iatridis e Dalla (2011)
Liquidez Corrente	$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	Callao, Jarne e Laínez (2007), Klann, Beuren e Hein (2008), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009)

Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante que os indicadores reflitam a situação econômico-financeira de curto e longo prazo a fim de atender a necessidade dos diversos tipos de usuários das demonstrações contábeis. Fornecedores, por exemplo, provavelmente estão interessados em visualizar a situação financeira de curto prazo da entidade, enquanto credores por empréstimo geralmente estão mais preocupados com a situação financeira de longo-prazo (Pronunciamento Conceitual Básico do CPC). Este trabalho busca englobar ambos os tipos de necessidade de usuários das demonstrações financeiras.

Além disso, os indicadores devem captar as possíveis alterações na estrutura patrimonial e financeira da empresa devido às alterações das normas contábeis. Essas possíveis alterações podem advir das novas maneiras de

reconhecimento de cada item do balanço patrimonial e demonstração do resultado. Para ilustrar tal possibilidade, pode-se analisar os possíveis impactos de pronunciamentos específicos sobre alguns indicadores. Os gastos pré-operacionais, por exemplo, anteriormente eram reconhecidos no ativo por se encaixarem no conceito de ativo diferido, o qual caracterizavam-se por serem ativos que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais (ou aos custos), no período de tempo em que estiverem contribuindo para o resultado da empresa. Compreendiam, assim, despesas incorridas durante o período de desenvolvimento, construção e implantação de projetos, anterior a seu início de operação.

Porém, com a introdução dos novos padrões contábeis esses gastos se encaixam no conceito de despesa e não de ativo, por isso devem transitar pelo resultado, reduzindo o lucro. Esse tipo de alteração na forma de reconhecimento de um evento poderia levar, por um lado à redução da rentabilidade por conta da diminuição do lucro e da liquidez geral por conta da redução do ativo e por outro lado, à uma melhora no índice de independência financeira, também por conta da redução do ativo.

É importante ter em vista que o presente trabalho não busca isolar os efeitos de pronunciamentos específicos e sim identificar se houve impactos nos indicadores financeiros devido à adoção geral dos pronunciamentos aplicáveis.

Todas as empresas que compõem a amostra deste estudo sofreram os impactos do CPC 29 pelo fato de possuírem ativos biológicos. Tal pronunciamento fez com que o ativo que anteriormente era reconhecido pelo custo de aquisição ou de formação passasse a ser reconhecido pelo seu valor justo menos as despesas de venda.

A alteração na forma de mensurar um ativo acarreta também a alteração dos valores que em algum momento compõem o custo do ativo vendido, afetando por sua vez o lucro e conseqüentemente, o patrimônio líquido. Para captar as possíveis alterações provocadas por esse aspecto, isolando os demais itens da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a margem bruta foi escolhida como um dos índices deste estudo. Além disso, os indicadores de margem são medidas da eficiência na geração de lucro a partir das vendas, por isso a margem operacional também foi selecionada, a fim de captar os aspectos operacionais como um todo.

As medidas ROE e ROA são amplamente utilizadas pelo mercado por expressarem a rentabilidade sobre os recursos dos proprietários e sobre os recursos totais.

Os indicadores de alavancagem financeira (ou estrutura financeira) mostram de que forma a empresa está financiando os seus recursos que estão aplicados nos ativos. Esses indicadores demonstram a composição das fontes de financiamento da empresa, ou seja, a proporção entre o capital de terceiros (credores) e o capital próprio (acionistas). Por evidenciarem o endividamento da empresa, a análise dessa estrutura de capital mostra também a capacidade de pagamento de longo prazo da empresa. No caso do presente estudo, foram escolhidos os indicadores de Independência Financeira e Composição do Endividamento. O primeiro demonstra quanto do Ativo é financiado por capital

próprio, possibilitando também visualizar quanto do Ativo é financiado por capital de terceiros, e o segundo capta a forma que está distribuído o capital de terceiros.

Cada indicador foi calculado primeiramente utilizando as demonstrações financeiras de 2009 em legislação societária. Posteriormente cada indicador será recalculado utilizando os dados das demonstrações financeiras do mesmo ano em IFRS, publicadas juntamente com as demonstrações financeiras de 2010. Com isso, é possível apurar a variação percentual entre o indicador antes e após a implantação das IFRS:

$$\text{Variação} = \frac{\text{Índice}_{\text{IFRS}} - \text{Índice}_{\text{LS}}}{\text{Índice}_{\text{LS}}} \quad (1)$$

A fim de investigar os motivos para as variações encontradas, foi feita uma breve análise das mudanças nos componentes de cada indicador e os principais fatores apontados nas notas explicativas das empresas da amostra para as diferenças encontradas. Assim, independentemente dos resultados estatísticos, é possível ter um panorama geral das normas que mais afetaram determinados componentes dos demonstrativos financeiros e, por consequência, os indicadores em questão.

Para verificar se as diferenças entre o indicador em IFRS e o indicador em LS são estatisticamente significantes será aplicado o Teste de Postos com Sinais de Wilcoxon para Pares Combinados. Conforme Triola (2005) as hipóteses a serem testadas são:

H₀: As duas amostras provêm de populações com a mesma distribuição.

H₁: As duas amostras provêm de populações com distribuições diferentes.

Para efetuar este estudo foram selecionados os setores que possuem ativos biológicos envolvidos em suas principais atividades e produtos. Selecionando-os a partir da classificação setorial da BM&FBovespa, identifica-se os setores de: madeira, papel e celulose, agricultura, açúcar e álcool, café, grãos e derivados, carnes e derivados, laticínios, alimentos diversos e cigarro e fumo; o que resulta em uma amostra de 36 empresas. Posteriormente foram recolhidas as demonstrações financeiras de 2009 em LS e em IFRS apresentadas no site da Comissão de Valores Mobiliários. Nessa etapa 11 empresas foram excluídas da amostra por conta da ausência de algum dos demonstrativos financeiros requeridos para ser efetuada a análise.

Dado o intuito deste trabalho, as empresas que não possuem ativos biológicos contabilizados no balanço patrimonial também foram retiradas da amostra, o que resultou em mais 11 exclusões. Foram excluídas da amostra a Suzano Holding e a Cosan Limited a fim de não captar dados em duplicidade, já que suas controladas, Suzano Papel e Celulose e Cosan Indústria e Comércio, também são Sociedades Anônimas (SA's) de capital aberto. Outro fator relevante é que são essas as controladas que detêm os ativos biológicos, por fazer parte do seu *core business*.

Assim, após todas as considerações, a amostra conta com 12 empresas: Celulose Irani S.A. (Irani), Fibria Celulose S.A. (Fibria), Klabin S.A., Suzano Papel e Celulose S.A. (Suzano), Cosan SA Indústria e Comércio (Cosan), São Martinho S.A. (S. Mart.), Duratex S.A., Brasil Foods S.A. (BRF), JBS S.A., Marfrig Alimentos S.A. (Marfrig), Minerva S.A. e SLC Agrícola S.A. (SLC).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os indicadores selecionados foram calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no *site* da CVM. As Tabelas 1 e 2 apresentam os indicadores calculados com base nas demonstrações financeiras em LS e com base nas demonstrações em IFRS, respectivamente.

Tabela 1 - Indicadores financeiros calculados a partir dos demonstrativos em LS

Empresas	Indicadores financeiros - Legislação Societária							
	MLOP	MB	ROE	ROA	LC	LG	IF	CE
IRANI	15,26%	24,36%	48,91%	11,17%	0,60	0,34	0,17	49,37%
FIBRIA	3,71%	15,65%	5,57%	0,79%	1,41	0,45	0,35	24,65%
KLABIN	10,44%	26,19%	13,95%	3,86%	2,33	0,69	0,30	26,18%
SUZANO	13,55%	23,01%	20,03%	4,20%	1,94	0,63	0,34	25,55%
COSAN	6,47%	13,86%	19,31%	7,09%	1,84	0,60	0,36	23,94%
S. MART.	9,44%	22,54%	5,52%	3,37%	1,09	0,42	0,51	29,54%
DURATEX	11,98%	33,62%	4,13%	3,98%	1,37	0,70	0,55	45,19%
BRF	0,58%	22,85%	0,92%	0,36%	1,78	1,04	0,51	46,73%
JBS	2,74%	9,32%	0,77%	2,22%	1,48	0,65	0,39	37,59%
MARFRIG	5,67%	14,37%	16,23%	4,76%	2,19	0,99	0,37	41,04%
MINERVA	5,44%	18,07%	12,49%	6,83%	2,27	0,84	0,25	34,58%
SLC	2,76%	15,18%	1,38%	1,04%	1,81	1,02	0,51	51,43%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Legenda: MLOP= Margem de Lucro Operacional; MB= Margem Bruta; ROE= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ROA= Retorno sobre o Ativo; LC= Liquidez Corrente; LG= Liquidez Geral; IF= Independência Financeira; CE= Composição do endividamento

Na Tabela 3, encontram-se as diferenças percentuais entre os indicadores das tabelas 1 e 2. Assim, é possível observar se a implementação das normas internacionais de contabilidade melhoraram ou pioraram o índice.

Para investigar a origem da variação do indicador, foram calculadas também as variações percentuais de cada numerador e denominador, conforme apresentadas na tabela 4.

Para investigar as variações ocorridas nos indicadores, o presente trabalho buscou em notas explicativas os principais fatores que exerceram impactos sobre cada item, numerador e denominador, de cada índice financeiro utilizado.

Tabela 2 - Indicadores financeiros calculados a partir dos demonstrativos em IFRS

Empresas	Indicadores financeiros							
	MLOP	MB	ROE	ROA	LC	LG	IF	CE
IRANI	9,38%	24,71%	4,96%	3,09%	0,62	0,57	0,42	33,08%
FIBRIA	33,10%	13,93%	17,18%	5,43%	1,33	0,74	0,47	28,09%
KLABIN	2,04%	17,79%	3,64%	0,53%	2,35	0,96	0,41	22,51%
SUZANO	16,18%	22,10%	12,04%	3,63%	1,87	0,66	0,45	23,16%
COSAN	6,64%	13,46%	17,54%	6,39%	1,59	0,62	0,38	21,24%
S. MART.	10,91%	24,30%	5,55%	3,08%	0,86	0,49	0,46	21,12%
DURATEX	13,41%	34,42%	5,76%	4,74%	1,29	1,00	0,57	38,80%
BRF	0,49%	19,97%	0,91%	0,27%	1,68	0,99	0,46	41,33%
JBS	2,81%	8,99%	1,15%	2,24%	1,48	0,63	0,44	37,61%
MARFRIG	4,12%	13,03%	14,12%	3,23%	1,83	0,77	0,31	37,59%
MINERVA	5,51%	18,14%	13,87%	6,87%	2,28	0,83	0,25	34,25%
SLC	1,95%	14,56%	0,50%	0,39%	1,85	0,71	0,61	33,18%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Legenda: MLOP= Margem de Lucro Operacional; MB= Margem Bruta; ROE= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ROA= Retorno sobre o Ativo; LC= Liquidez Corrente; LG= Liquidez Geral; IF= Independência Financeira; CE= Composição do endividamento

É importante ressaltar que algumas informações financeiras referentes ao ano 2009 em LS apresentadas nas notas explicativas de 2010 para fins de conciliação do PL e do Lucro Líquido não condizem com os demonstrativos apresentados na CVM referentes ao mesmo período. As análises aqui apresentadas utilizam as informações das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponíveis no site da CVM.

Observando-se inicialmente os indicadores de rentabilidade, nota-se que o ROE e o ROA sofreram impactos negativos com a implementação das novas práticas contábeis, isso ocorreu porque em geral o aumento do PL e do Ativo Total foram maiores que o aumento do Lucro Líquido e do Lucro Operacional, respectivamente.

Muitas contabilizações de ajustes de valores foram efetuadas diretamente no PL, sem transitar pelo Lucro Líquido. A fim de explicitar esse aspecto da dinâmica dos ajustes dos demonstrativos, é importante ter em vista os itens 11 do CPC 37 – Adoção Inicial das Normas de Contabilidade e 7 do CPC 30- Receitas. Sucintamente entende-se que os ajustes que se referem a eventos ocorridos em data anterior ao período de transição são lançados no PL, já aqueles que se originam dentro do período em questão devem compor o resultado do exercício. Os principais valores apontados pelas empresas que foram lançados diretamente contra PL se referem aos ajustes decorrentes da aplicação do valor justo para os ativos biológicos, ao custo atribuído, aos impostos diferidos relacionados a ambos os ajustes e a baixa do ativo diferido, o qual foi descaracterizado como ativo. Além desses efeitos, houve a reclassificação da participação de acionistas não controladores, que antes ficava em uma conta

entre o passivo e o PL e com as novas normas passa a ser definitivamente pertencente ao PL.

Tabela 3 – Diferenças percentuais entre os indicadores em IFRS em relação aos indicadores em LS

Empresas	Indicadores financeiros							
	MLOP	MB	ROE	ROA	LC	LG	IF	CE
IRANI	-38,52%	1,44%	-89,86%	-72,32%	3,15%	65,70%	140,66%	-33,00%
FIBRIA	791,97%	-10,99%	208,26%	591,35%	-6,02%	64,51%	32,25%	13,94%
KLABIN	-80,48%	-32,08%	-73,90%	-86,31%	0,84%	37,74%	38,67%	-14,01%
SUZANO	19,40%	-3,97%	-39,90%	-13,52%	-3,37%	5,31%	29,94%	-9,35%
COSAN	2,54%	-2,85%	-9,12%	-9,88%	-13,39%	2,67%	2,89%	-11,28%
S. MART.	15,56%	7,79%	0,63%	-8,37%	-21,47%	14,72%	-10,38%	-28,48%
DURATEX	11,94%	2,40%	39,59%	19,13%	-5,72%	42,49%	5,01%	-14,15%
BRF	-16,63%	-12,61%	-0,47%	-24,47%	-5,54%	-5,24%	-10,36%	-11,57%
JBS	2,44%	-3,53%	48,57%	0,89%	0,10%	-3,65%	10,83%	0,06%
MARFRIG	-27,40%	-9,28%	-13,02%	-32,10%	-16,67%	-21,84%	-15,45%	-8,41%
MINERVA	1,19%	0,35%	11,07%	0,54%	0,14%	-0,58%	-0,86%	-0,97%
SLC	-29,41%	-4,09%	-63,42%	-62,67%	1,85%	-30,96%	19,22%	-35,49%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Legenda: MLOP= Margem de Lucro Operacional; MB= Margem Bruta; ROE= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ROA= Retorno sobre o Ativo; LC= Liquidez Corrente; LG= Liquidez Geral; IF= Independência Financeira; CE= Composição do endividamento

Apesar de o Brasil ter aderido às práticas contábeis internacionais, alguns itens tiveram que ser adaptados, um deles foi a reavaliação de ativos. Esta é uma prática que faz parte do IAS 16 que trata do imobilizado, porém no Brasil notou-se que esse conceito estava sendo indevidamente aplicado e por isso passou a ser proibida sua aplicação recorrente. Contudo, para adoção inicial optou-se por acompanhar as normas internacionais e permitir o ajuste dos saldos iniciais através da aplicação do conceito de custo atribuído ou *deemed cost*, como é chamado nas normas internacionais. Conforme a Interpretação Técnica ICPC10, A aplicação do custo atribuído consiste na avaliação a valor justo dos itens do ativo imobilizado e propriedades para investimentos, a contrapartida desses ajustes vai para o PL, porém há impactos sobre o lucro por conta do ajuste da vida útil e da depreciação desses ativos.

Tabela 4 - Diferenças percentuais entre os componentes dos indicadores em IFRS em relação aos componentes em LS

Empresas	Componentes dos indicadores									
	AT	PC+E.LP	RL	PC	PL	AC+R.LP	AC	LB	LL	LOP
IRANI	104,17%	44,03%	-8,09%	-3,49%	391,34%	138,66%	-0,45%	-6,76%	-50,19%	-43,49%
FIBRIA	13,82%	-6,16%	-11,78%	6,93%	50,53%	54,38%	0,49%	-21,47%	364,02%	686,91%
KLABIN	42,56%	20,33%	0,00%	3,47%	97,69%	65,74%	4,34%	-32,08%	-48,41%	-80,48%
SUZANO	38,06%	16,43%	0,00%	5,55%	79,40%	22,62%	1,99%	-3,97%	7,81%	19,40%
COSAN	13,78%	12,50%	0,00%	-0,20%	17,07%	15,49%	-13,56%	-2,85%	6,39%	2,54%
S. MART.	26,11%	39,66%	0,00%	-0,12%	13,02%	60,22%	-21,56%	7,79%	13,74%	15,56%
DURATEX	26,14%	18,54%	34,24%	1,77%	32,46%	68,90%	-4,05%	37,45%	84,91%	50,27%
BRF	10,38%	22,37%	0,00%	8,21%	-1,06%	15,96%	2,22%	-12,61%	-1,52%	-16,63%
JBS	3,30%	-1,51%	1,73%	-1,46%	14,48%	-5,11%	-1,36%	-1,86%	70,08%	4,21%
MARFRIG	7,01%	16,75%	0,08%	6,93%	-9,52%	-8,75%	-10,89%	-9,21%	-21,30%	-27,34%
MINERVA	0,64%	0,98%	0,00%	0,00%	-0,22%	0,39%	0,14%	0,35%	10,82%	1,19%
SLC	86,25%	48,49%	-1,51%	-4,22%	122,04%	2,51%	-2,44%	-5,54%	-18,78%	-30,48%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Legenda: AT= Ativo Total; PC= Passivo Circulante; E.LP= Exigível a Longo Prazo; RL= Receita Líquida; PL= Patrimônio Líquido; AC= Ativo Circulante; R.LP= Realizável a Longo Prazo; LB= Lucro Bruto; LL= Lucro Líquido; LOP= Lucro Operacional

A aplicação do *deemed cost* também teve impactos relevantes sobre o Ativo Total, pode-se notar que em todas as empresas da amostra houve aumento desse item. O Ativo Não Circulante foi o que mais o impactou, as principais razões encontradas foram os valores do ativo biológico, do intangível e do imobilizado. Mesmo com a retirada do valor correspondente ao custo dos ativos biológicos do imobilizado, este na maioria dos casos cresceu acima de 10% basicamente por conta da aplicação do custo atribuído. Os três casos em que houve queda do valor do imobilizado correspondem às empresas que não aplicaram esse conceito, são elas a Fibria, a Duratex e a Brasil Foods. A primeira alega que não usou esse procedimento por entender que não havia diferenças significativas entre o valor justo e o valor contábil do seu imobilizado. A segunda afirma que efetuou avaliação a valor de mercado dos ativos de combinações de negócios ocorridas havia pouco tempo, aplicou reavaliação espontânea quando era permitido, além das fábricas serem recentes. Já a Brasil Foods justificou que acredita que o custo menos as provisões para perdas é a melhor forma para avaliar seu imobilizado e que controla eficazmente as perdas relacionadas e a estimativa de vida útil.

Tratando-se da variação do intangível, pode-se notar que é uma consequência da aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios, já que o *goodwill*, ou ágio por expectativa de rentabilidade futura como é chamado pelos pronunciamentos brasileiros, que antes ficava na conta "Investimentos" passou a incorporar o intangível. Tratando-se da mensuração, a principal mudança implementada foi a avaliação a valor justo dos ativos identificáveis, passivos assumidos e participações de acionistas não controladores da adquirida na data da aquisição. Além disso, todas as combinações de negócios, ou seja, operações em que a empresa obtém o controle de um ou mais negócios, passam a ser contabilizadas pelo método de aquisição. Essas mudanças exerceram impactos sobre o valor do ágio (*goodwill*) ou deságio (ganho por compra vantajosa) gerado pela operação e sobre os valores incorporados no balanço patrimonial da adquirente.

Quanto à Receita Líquida, na maioria dos casos praticamente não sofreu variação. Algumas empresas citam a questão da transferência dos riscos e benefícios relativos ao controle do produto como um dos itens levados em consideração para reconhecimento de receitas. Tal ideia decorre dos novos critérios de reconhecimento de ativos e passivos, que por sua vez afetam o reconhecimento de receitas e despesas. Conforme o item 92 do Pronunciamento Conceitual Básico:

A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo. Isso significa, de fato, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento de ativo ou de diminuição de passivo. Mas isso não significa que todo aumento de ativo ou redução de passivo corresponda a uma receita.

Complementarmente, conforme apresentado no item 94 do mesmo pronunciamento:

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

No caso da Receita Líquida houve poucas variações provavelmente por estar associada à venda, o que envolve menos subjetividade no reconhecimento do que as demais receitas apresentadas na DRE. Em decorrência disso, os indicadores de margem foram mais afetados pelos seus numeradores.

Na maioria dos casos a Margem Bruta sofreu reduções por conta do aumento do custo do produto vendido, causado principalmente pela avaliação a valor justo dos ativos biológicos, para o qual na maioria dos casos foram encontrados valores superiores aos custos de formação anteriormente registrados. No caso da empresa Irani, a queda da receita líquida foi maior do que a do lucro bruto, resultando em um leve aumento do indicador. Apenas para Duratex, Minerva e São Martinho houve aumento do Lucro Bruto. O caso da São Martinho foi o único em que a avaliação a valor justo provocou uma redução no valor dos ativos biológicos.

Observando o Lucro Operacional, item que mais impactou a Margem de Lucro Operacional, tem-se que as principais causas apontadas para os ajustes são a aplicação do custo atribuído, ajustes decorrentes das operações que se encaixam no CPC 15, revisão da vida útil do ativo imobilizado, o teste de *impairment* do estoque e do imobilizado, os ajustes decorrentes da extinção do ativo diferido e o CPC 29.

Além do que já foi mencionado acerca do CPC 15, há outros aspectos importantes que impactaram o lucro, um deles foi o deságio, que deixou de ser contabilizado no PL e passou a ser reconhecido como receita do período em que ocorrer a aquisição, o outro é o *goodwill*, que deixou de ser amortizado e passou a sofrer o teste de *impairment*. O ajuste inicial referente ao deságio decorrente de aquisições realizadas em período anterior à adoção das normas internacionais consiste em transferir o saldo existente no PL diretamente para lucros e prejuízos acumulados.

No caso da solvência de curto prazo, nota-se que a Liquidez Corrente sofreu queda em 7 das doze empresas. Cada variação é muito peculiar, não há um padrão de explicação para as mudanças ocorridas. Em 4 das 7 empresas o que causou a queda do índice foi a redução do Ativo Circulante, principalmente por conta da retirada de valores que estavam somados ao estoque e eram relacionados ao custo do ativo biológico e da reclassificação das duplicatas descontadas que foram transferidas do ativo para o passivo; nas outras 3 empresas foi o aumento do passivo circulante que determinou a queda do indicador, as causas detectadas para esse aumento foram o incremento no valor dos empréstimos e financiamentos e das provisões constituídas no circulante. Nas demais empresas pode-se verificar um pequeno aumento da Liquidez Corrente, basicamente por conta da queda do Passivo Circulante, causada essencialmente pela redução, retirada ou reclassificação dos valores de impostos diferidos do circulante.

Os impostos diferidos são de abordagem do CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro e representam a consequência da dissociação entre a contabilidade financeira e a fiscal. Por conta dessa separação, pode ocorrer o reconhecimento de lucros na contabilidade financeira que não necessariamente são tributados no período em questão ou a tributação de lucros que não foram reconhecidos na contabilidade financeira. Essas divergências podem gerar diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis e, conforme o CPC 32, se for provável que a recuperação ou liquidação dos valores de efeitos fiscais dessa natureza aumentará ou diminuirá os pagamentos de tributos futuros deve-se reconhecer um passivo fiscal diferido ou um ativo fiscal diferido respectivamente. Além disso, a empresa tem expectativa de pagar ou recuperar esses valores no curto prazo, esses itens devem ser classificados no circulante.

Observando a Liquidez Geral, nota-se que, em geral o aumento da soma do AC e do Realizável a LP superou o aumento da soma do PC e do Exigível a LP, assim, na maioria dos casos ocorreu aumento do índice. A principal justificativa desse aumento é a avaliação a valor justo dos ativos biológicos, o qual fica em uma conta específica no Realizável a Longo Prazo, enquanto que anteriormente ficavam contabilizados ao custo de formação, registrado parte no Imobilizado e parte no Estoque, ou seja, boa parte dos valores não era captado pelo índice de Liquidez Geral.

É interessante observar que para as empresas em que houve redução da Liquidez Corrente na maioria dos casos houve aumento da Liquidez Geral, o que indica que os padrões internacionais de contabilidade geraram reclassificações e novas formas de avaliação que acabaram provocando uma piora nas condições de curto prazo em detrimento da melhora das condições de longo prazo.

O índice de independência financeira melhorou em 8 das doze empresas porque o aumento do PL superou o aumento do Ativo Total. Em três dos quatro casos em que ocorreu a queda do indicador a causa foi a redução do PL e em apenas um caso a variação do Ativo Total foi superior a do PL. Conforme comentado anteriormente, o PL recebeu muitas contrapartidas de ajustes de valores do ativo, o que na maioria dos casos causou uma variação maior do PL do que do próprio Ativo, já que a representatividade dos valores é maior para o primeiro.

Houve melhora na composição do endividamento, provocada pelo aumento do PC + Exigível a LP, afinal como observado anteriormente o PC não sofreu variações muito relevantes. A origem detectada para o aumento do PC + Exigível a LP foi o aumento muito representativo dos impostos diferidos, especialmente no Exigível a LP, gerado principalmente pela avaliação a valor justo e pelo custo atribuído.

Sucintamente, para a maioria das empresas pode-se observar que o aumento verificado nas contas patrimoniais provocou uma queda nos indicadores de rentabilidade, a liquidez de curto prazo reduziu em detrimento da liquidez de longo prazo e os indicadores de alavancagem melhoraram.

Há uma dinâmica nas mudanças ocorridas que aumenta a complexidade para captar a causalidade exata para as alterações. Um aumento do ativo, por exemplo, necessariamente gera um aumento do PL, que pode ocorrer através do Resultado ou não, ou um aumento do Passivo. É importante observar que não há um parâmetro para as variações de cada indicador, mesmo se forem observadas empresas do mesmo setor.

Na tabela 5 estão os resultados de significância com a aplicação do teste de postos com sinais de Wilcoxon, realizado para verificar as diferenças encontradas entre o indicador calculado antes e depois da aplicação dos padrões internacionais de contabilidade de acordo com as exigências brasileiras. O software usado foi o Statdisk®. Os dados indicam que apenas as diferenças encontradas na composição do endividamento e na liquidez corrente, calculadas com base nos demonstrativos em LS e em IFRS, são estatisticamente diferentes de zero, sendo que para a liquidez corrente isso é válido apenas para o valor crítico de 10%.

Tabela 5 – Resultados do teste estatístico para os indicadores

Indicadores	Hipótese nula (5%*)	Hipótese nula (10%*)
MLOP	Não rejeita	Não rejeita
MB	Não rejeita	Não rejeita
ROE	Não rejeita	Não rejeita
ROA	Não rejeita	Não rejeita
LC	Não rejeita	Rejeita
LG	Não rejeita	Não rejeita
IF	Não rejeita	Não rejeita
CE	Rejeita	Rejeita

Fonte: Elaborada pelos autores.

* nível de significância

Assim, apesar de as diferenças percentuais consideráveis, os resultados indicam que não houve impactos estatisticamente significativos sobre a maioria dos indicadores financeiros das empresas da amostra.

Embora a maioria dos indicadores não apresente diferenças estatisticamente significativas, este trabalho optou por investigar se os itens das demonstrações financeiras que compõem cada indicador apresentam ou não diferenças significativas entre o que foi apresentado nos demonstrativos em LS e em IFRS. Na tabela 6 pode-se observar que os resultados do teste estatístico indicam que o Lucro Bruto, a soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo, o PL, a soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo e o Ativo Total sofreram impactos significantes com a implementação das normas internacionais de contabilidade.

Assim, nota-se que a adoção das normas internacionais de contabilidade exerceu impactos estatisticamente significativos nas empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos em dois dos oito indicadores escolhidos (liquidez corrente e composição do endividamento) e em cinco dos dez itens das demonstrações financeiras que compõem esses indicadores.

Tabela 6 – Resultados do teste estatístico para os componentes dos indicadores

Componentes dos indicadores	Hipótese nula (5%*)	Hipótese nula (10%*)
LOP	Não rejeita	Não rejeita
LL	Não rejeita	Não rejeita
LB	Rejeita	Rejeita
AC	Não rejeita	Não rejeita
AC+R.LP	Rejeita	Rejeita
PL	Rejeita	Rejeita
PC	Não rejeita	Não rejeita
RL	Não rejeita	Não rejeita
PC+E.LP	Rejeita	Rejeita
AT	Rejeita	Rejeita

Fonte: Elaborada pelos autores

* níveis de significância

Apesar de para maioria dos casos não haver diferenças estatisticamente significantes entre o índice calculado com base nas demonstrações financeiras em LS e o índice calculado com base nas demonstrações financeiras em convergência com as normas internacionais de contabilidade, as variações percentuais encontradas podem ser relevantes para os usuários das demonstrações. Alguns critérios usados por credores, por exemplo, estabelecem um nível mínimo de liquidez para liberar um montante de capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos da adoção dos IFRS têm sido objeto de estudos em diversos países. No Brasil, em especial, é um tema relativamente recente tendo em vista que a primeira apresentação dos demonstrativos financeiros em convergência com as normas internacionais só ocorreu em 2011, com a apresentação dos exercícios de 2010 e 2009. Nota-se ainda que o novo acervo de normas trouxe alguns pronunciamentos que atingem setores específicos, dentre eles, o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

Diante desses fatos, este estudo buscou investigar os impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade sobre os indicadores financeiros das empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos. A partir disso buscou-se ainda identificar os impactos sobre os componentes de cada indicador, tanto estatisticamente, quanto identificando quais normas os afetaram. Com a aplicação do teste de Wilcoxon constatou-se que houve impactos estatisticamente significantes para a Composição do Endividamento nos dois níveis de significância testados, 5 e 10% e para a Liquidez corrente apenas no nível de significância de 10%. Aplicando-se o mesmo teste estatístico para os componentes dos indicadores, tem-se que o Lucro Bruto, a soma do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido, a soma do Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo e o Ativo Total sofreram impactos estatisticamente significantes com as novas normas contábeis.

Quanto aos principais fatores que afetaram os componentes dos indicadores, sucintamente podem ser apontados a avaliação a valor justo dos

ativos biológicos e alterações na sua contabilização de acordo com o CPC 29, as novas formas de mensuração e contabilização de combinações de negócios tratadas pelo CPC 15, a aplicação do custo atribuído de acordo com o ICPC10, os impostos diferidos decorrentes dos ajustes e conforme direcionados pelo CPC 32, o teste de *impairment* e a baixa do ativo diferido.

Tendo em vista os resultados do teste estatístico e análises realizadas, pode-se concluir que a adoção dos padrões internacionais de contabilidade no Brasil trouxe mudanças relevantes na dinâmica contábil das entidades que impactaram de forma significativa os valores apresentados nas demonstrações financeiras, porém quando esses efeitos são apurados a partir dos indicadores financeiros, na maioria dos casos não apresentam significância.

Mesmo com a restrição da amostra não foi possível identificar um padrão de variação dos indicadores das empresas, cada uma foi afetada de forma um tanto peculiar pelos novos padrões contábeis. Devido a essa amostra selecionada, não é possível generalizar os resultados encontrados neste estudo para as companhias brasileiras de capital aberto, assim, incentiva-se a realização das análises apresentadas neste estudo para uma amostra ampla de forma que possa ser generalizada para essa população. Sugerem-se também estudos com objetivo explicativo de forma a explorar aprofundadamente quais os normativos que afetaram os itens do balanço das empresas e como essas alterações ocorreram.

REFERÊNCIAS

- BALL, R. International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, Special Issue, p. 5-27, 2006.
- BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, p.131 – 153, 2009.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 467 – 498, 2008.
- BM&FBOVESPA. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em 14 mar. 2011.
- BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e dá outras providências. Resolução no 1.055, de 7 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.
- BRASIL. **Lei no 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível

em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm > . Acesso em: 2 nov. 2011.

BRASIL. **Lei no 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm > . Acesso em 2 nov. 2011.

BRÜGGEMANN, Ulf et al. How do individual investors react to global IFRS adoption?. **American Accounting Association (AAA) 2010 Financial Accounting and Reporting Section (FARS) Meeting**. 2009. 52 p. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1458944>. Acesso em: 23 mar. 2011.

CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 16, p. 148-178, 2007.

CANG, Yongtao; CHU, Yiyun; LIN, Thomas W. An exploratory study of earnings management detectability, analyst coverage and the impact of IFRS adoption: Evidence from China. **Journal of Accounting and Public Policy**. 2014. No prelo. Disponível em < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425414000350> > . Acesso em 25.jul.2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 26 mar. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 de out. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Interpretação Técnica ICPC 10: Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43**. Brasília. 13 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_10.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília. 40 p. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf > . Acesso em: 17 jan. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04: Ativo Intangível**. Brasília. 47 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04_R1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 15: Combinação de Negócios**. Brasília. 79 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC15_R1_Termo_de_aprovacao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 16: Estoques**. Brasília. 11 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16_R1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29: Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Brasília. 18 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 30:**. Brasília. 30 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_30.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 32: Tributos sobre o Lucro**. Brasília. 60 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_32.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 37: Adoção Inicial das Normas de Contabilidade**. Brasília. 68 p. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC37_R1_final.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

DANTAS, J. A. et al. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, p. 3 – 29, 2010.

DASKE, Hogler et al. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 1085 – 1142, 2008.

DOUPNIK, T. S. Evidence of international harmonization of financial reporting. **International Journal of Accounting**, v. 23, n. 1, p. 47–67, 1987

DOUPNIK, T. S.; TAYLOR, M. E. An empirical investigation of the observance of IASC Standards in Western Europe. **Management International Review**, v. 25, n. 1, p. 27–33, 1985.

EMENYONU, E. N. GRAY, S. J. EC accounting harmonization: An empirical study of measurement practices in France, Germany and the U.K. **Accounting and Business Research**, v. 23, n. 89, 1992.

EMENYONU, E. N. GRAY, S. J. International accounting harmonization and the major developed stock markets countries: An empirical study. **International Journal of Accounting**, v. 31, n. 3, 1996.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GILIO, Luciano. **Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HERRMANN, D. THOMAS, W. Harmonisation of accounting measurement practices in the European Community. **Accounting and Business Research**, v. 25, Autumn, 1995.

HERRMANN, D. THOMAS, W. Segment reporting in the European Union: Analyzing the effects of country, size, industry, and exchange listing. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 5, n. 1, 1996.

IATRIDIS, George; DALLA, Konstantia. The impact of IFRS implementation on Greek listed companies: an industrial sector and stock market index analysis. **International Journal of Managerial Finance**, v. 7, n. 3, p. 284-303, 2011.

IFRS FOUNDATION. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/Home.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ISMAIL, Wan Adibah Wan; KAMARUDIN, Khairul Anuar; VAN ZIJL, Tony; DUNSTAN, Keitha. Earnings quality and the adoption of IFRS-based accounting standards: evidence from an emerging market. **Asian Review of Accounting**, v. 21, n. 1, p. 53-73, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade & Finanças**, p. 9 – 18, 2007.

JERMAKOWICZ, Eva K.; GORNIK-TOMASZEWSKI, Sylwia. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 15, p. 170 - 196, 2006.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Impacto das Diferenças entre as Normas Contábeis Brasileiras e Americanas nos Indicadores de Desempenho de Empresas Brasileiras Participantes da Governança Corporativa. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 32. 2008, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD ROM.

LANTTO, Anna-Maija; SAHLSTRÖM, Petri. Impact of International Financial Reporting Standard adoption on key financial ratios. **Accounting and Finance**, v. 49, p. 341 – 361, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da Pecuária**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, p. 30 – 54, 2010.

MCKINNON, S. M. JANELL, P. The International Accounting Standards Committee: A performance evaluation. **International Journal of Accounting**, v. 19, n. 2, p. 19–34, 1984.

MURPHY, A. B. The impact of adopting International Accounting Standards on the harmonization of accounting practices. **The International Journal of Accounting**, v. 35, n 4, p. 471–493, 2000.

RODRÍGUEZ-PÉREZ, Gonzalo; VAN HEMMEN, Stefan. Debt, diversification and earnings management. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 29, p. 138-159, 2010.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

UNIÃO EUROPÉIA. **Regulation (EC) no 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002: on the application of international accounting standards**. Disponível em:

<http://www.esma.europa.eu/system/files/Reg_1606_02.pdf> Acesso em: 15 dez. 2011.

VIEIRA, R. B. **Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto**. 2010. 70 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.